

Autocrítica, honestidade intelectual e apego à verdade: o primado da ética na filosofia como resistência à autofagia nas universidades e instituições

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

Procuradora da República. Mestre em Criminologia e Execução Penal pela Universitat Pompeu Fabra (Espanha). Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Segurança Pública e Justiça Criminal pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Resumo: O presente artigo aponta a crise de credibilidade sofrida pelas universidades, especialmente nos departamentos de humanidades, e pelas instituições jurídicas em geral. Na primeira parte serão relacionados os problemas mais críticos apontados por autores que se dispuseram a desvelar os meandros do clima institucional ou a dissecar as doutrinas que geram mais polêmica e desconfiança, doutrinas essas muitas vezes encampadas por Judiciário, MPs e Defensorias. Na segunda parte, será exposta a corrente filosófica com a aptidão e o potencial de colocar-se como resistência à autofagia da desonestidade intelectual interna e aos ataques externos injustos.

Palavras-chave: crise institucional; liberdade de expressão; instituições; honestidade intelectual; ética.

Sumário: 1 Introdução. 2 Diagnóstico crítico das universidades. 3 Honestidade intelectual e o primado da razão prática: a ética e a verdade contra o obscurantismo. 4 Conclusão.

1 Introdução

De um lado, aqueles que não só são céticos da utilidade de cursos universitários não técnicos, como os cursos das chamadas humanidades, mas também advogam pela interrupção do financiamento público

desses cursos. A minoria mais extremista afirma que recursos públicos, que são limitados, deveriam ser destinados a cursos que pudessem formar profissionais que gerassem riqueza ao país ou retorno em serviços à sociedade, como cursos tecnológicos, engenharias, cursos em saúde ou produção. Afirmam que cursos como Antropologia, Artes, Sociologia, Filosofia, entre outros, são um luxo em países desiguais como o Brasil, que deveria estar formando profissionais para atuar no mercado econômico e produtivo. Ademais, afirmam também que esses cursos perderam a razão de ser quando se tornaram palanque para doutrinação política e ideológica de viés esquerdista. De igual modo, essa crítica também se estende contra instituições como Ministérios Públicos e Defensorias.

Do outro lado, estão aqueles que se preocupam com o futuro da universidade e temem que a mentalidade capitalista restrita possa dismantelar o objetivo precípuo da educação, que é a formação do ser humano. Dentro das instituições, há igual preocupação com o apelo tecnicista e a pressão contra uma atuação mais humana e social. Sua minoria extremista não consegue enxergar qualquer razão nas desaprovações lançadas, acusando os críticos de ignorantes, fascistas, extrema-direita e tudo mais do catálogo da autodefesa histórica.

No centro desses extremos, há uma maioria preocupada com a qualidade do ensino e das pesquisas e com a diminuição, aos olhos da população, da credibilidade e confiança nas instituições superiores de ensino e nas instituições constitucionais. Preocupam-se também com a visível intolerância a visões de mundo diferentes e como isso pode afetar a própria liberdade de cátedra do professor, assim como a necessária formação universal e crítica dos alunos. Não é incomum professores se sentirem temerosos em falar certos assuntos ou nuances das disciplinas que ensinam, assim como alunos com receio de perguntar algo que possa ser mal interpretado pela patrulha do instável politicamente correto vigente no momento.

Na primeira parte deste artigo, serão relacionados os problemas mais críticos apontados por quem corajosamente se dispôs a desvelar os meandros do clima institucional das universidades ou se dispôs a dissecar as doutrinas que geram mais polêmica e desconfiança acerca da seriedade do programa das humanidades, muitas vezes

encampadas por MPs e Defensorias. Na segunda parte, será exposta a corrente filosófica com a aptidão e o potencial de colocar-se como resistência à autofagia da desonestidade intelectual interna e aos ataques externos injustos.

2 Diagnóstico crítico das universidades

Greg Lukianoff e Jonathan Haidt, na obra *The coddling of the American mind: how good intentions and bad ideas are setting up a generation for failure* (2018), traçam um diagnóstico preocupante das universidades americanas. Os autores argumentaram que os alunos reagem cada vez mais a palavras, livros, imagens e palestrantes com medo e raiva porque foram ensinados a exagerar o perigo, a deixar suas emoções dominarem e a envolver-se no pensamento binário. A raiz do problema, argumentam Lukianoff e Haidt, é que pais, professores e administradores de faculdades têm levado os jovens a acreditar nas “Três Grandes Inverdades”.

A primeira delas é a inverdade da fragilidade. Essa é a ideia de que “o que não te mata te torna mais fraco”, e, portanto, os jovens devem ser protegidos contra tudo, inclusive ideias estressantes. E quando os alunos não aprenderam a lidar com a adversidade ideológica, eles tendem a recuar para “espaços seguros” ou atacar com raiva ou até violência. A segunda grande inverdade é que “você deve confiar e seguir suas emoções”. As emoções frequentemente atrapalham o raciocínio, mas os jovens costumam ouvir que, porque sentem que algo é verdade, então é realmente verdade. Portanto, se você sente que alguém cometeu uma “microagressão” contra você, então ele cometeu. E a terceira é a mentira nós versus eles – a visão errônea de que o mundo é dividido em pessoas boas e pessoas más. Você precisa ficar do lado do bem e lutar contra o mal. Uma vez que essa mentalidade seja absorvida, não há necessidade de diálogo ou debate, pois tudo que o outro lado pode dizer será mentira e propaganda.

As consequências mais preocupantes e visíveis no *campus* são os ataques contra a liberdade de expressão, a promoção da censura e o “cancelamento” de quem promove ideias que não sejam do consenso politicamente correto adotado. Algumas dessas hostilidades ao que é diferente descambam em agressões físicas. Os autores apontam

exemplos de ataques físicos a professores e alunos ocorridos em universidades, além de ameaças, humilhações públicas e depredações de bens, como carros estacionados de "inimigos". A justificativa dos protestantes e agressores seria o combate a ideias "fascistas", discriminatórias e preconceituosas.

Eric Kaufmann (2019), professor da Universidade de Londres, também denuncia a intolerância à diversidade de ideias no ambiente universitário. Segundo ele, o paradigma modernista que predomina na academia pode ser caracterizado pelos seguintes fatores: (1) Anti-intelectualismo – preferência por protestos, ocupações e acusações em vez de argumentos fundamentados, princípio analítico, método científico, evidência generalizável e deliberação; (2) Sacralização da igualdade de grupo – reivindicações de, ou em nome de, membros de minorias raciais e sexuais são sagradas e não podem ser contestadas; o testemunho pessoal conta como evidência e não pode ser considerado pelos padrões da ciência; em outras palavras, se alguém sente que foi alvo de racismo/sexismo/homofobia, configura-se um fato que não precisa ser provado; (3) Lugar totêmico da raça, da sexualidade e do gênero – o que prevalece é qual grupo é mais organizado, mesmo que objetivamente haja grupos mais vulneráveis.

Vários exemplos pelo mundo mostram como a mentalidade aqui denunciada pode gerar eventos e demandas esdrúxulas. São os casos de "cancelamentos" de cientistas, filósofos, autores e artistas clássicos em razão de acusações de imperialismo, "branquitude", eurocentrismo, masculinidade tóxica, "pouco inclusivo", etc. O sociólogo húngaro-canadense Frank Furedi, em artigo para a revista *Spiked*, relata um desses casos, que a cada dia parecem menos raros, ocorrido na renomada universidade britânica de Sheffield. Em nome da "inclusão", a direção da Sheffield está aconselhando o cancelamento nos currículos de Isaac Newton (1643-1727) (MATOS, 2021). O *New York Times*, por sua vez, publicou uma matéria sobre um professor de Princeton que defende a exclusão do estudo dos clássicos, incluindo todos os cânones da cultura greco-romana, como um golpe em favor da justiça racial (LOWRY, 2021). Esse professor e seus aliados afirmam que qualquer abordagem para estudar o mundo antigo que não procure escrever "uma história inteiramente nova sobre a antiguidade" é cúmplice de assassinato, escravidão e subjugação (LINKER, 2021).

Enquanto normalmente se associa a censura a movimentos da direita radical ou movimentos de extremistas religiosos, a verdade é que a nova modalidade de linchamento – chamada de cultura do cancelamento – está conectada umbilicalmente ao espectro político da esquerda progressista. Partem de setores ativistas de políticas identitárias, especialmente, a evidente intolerância a visões opostas, as mobilizações para humilhações públicas e isolamento de dissidentes e a tendência de enxergar questões políticas complexas pelas lentes de uma pretensa superioridade moral.

Alguns autores americanos comparam a cultura do cancelamento a um “novo macarthismo”, em referência à patrulha ideológica anti-comunista nos Estados Unidos dos anos 1950. Indicam também que o clima institucional é de temor do cancelamento, que paralisa pelo receio de um texto, imagem ou fala, ser percebido como provável fonte de reação canceladora, especialmente quando se tem a consciência de ser o assunto polêmico.

O clima nas universidades brasileiras não parecer ser diverso. Em agosto de 2020, intelectuais, cientistas e acadêmicos brasileiros assinaram o manifesto *Pela liberdade de expressão na universidade brasileira*, motivados pela preocupação com a intolerância à livre manifestação de ideias nas universidades (DRECHSEL, 2020). Entre vários fundamentos apresentados, argumentam que não basta a existência de infraestrutura física, prédios, bibliotecas, laboratórios equipados, insumos e pessoal valorizado e qualificado. São elementos essenciais, mas insuficientes para se criar um ambiente cultural pleno. Sem o reconhecimento do direito à livre circulação de ideias, à liberdade de pensamento e ao direito de divergir e criticar, “seremos prisioneiros da intolerância e da pura manifestação de pobreza intelectual” (DRECHSEL, 2020).

Há um ideal generoso por trás desses movimentos que defendem a “reescrita da história” e a limitação unilateral da liberdade de expressão. Entendem eles que esse seria o meio de enfrentar as injustiças históricas das quais padecem algumas minorias. Mas esse é um caminho perigoso. A aceitação dessa “estratégia”, especialmente dentro das universidades, está moldando o comportamento dos alunos de tal forma que enfraquece a capacidade da academia de buscar a verdade.

Mudou-se o paradigma precípua da educação como a busca por conhecer e entender a realidade para outro no qual a realidade possui importância relativa. A busca pela verdade, ou pelo menos pelo que se aproxima dela, é asfixiada para dar lugar ao ideal de transformação social. O sentido dessa transformação será definido pelo grupo político ideológico que domina o ambiente, às custas da ética educacional, do rigor científico e da liberdade de pensamento e expressão. É a pós-verdade do mundo acadêmico.

Chris William Callaghan, professor da Escola de Ciências Econômicas e Empresariais da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul, faz uma afirmação polêmica e incômoda:

Historicamente, os alvos para o rótulo de pseudociência incluíram, entre outros, movimentos como psicanálise, psiquiatria biológica, marxismo e nazismo, e certas aventuras políticas históricas servem para ilustrar os perigos das alegações pseudocientíficas. Mas, sem dúvida, a fonte para a maioria das ideias pseudocientíficas tem sido as universidades. (CALLAGHAN, 2019, p. 9).

Essa afirmação está em seu artigo "*Lakatos revisited: innovation and 'Novel facts' as a foundational logic for the social sciences in an era of 'Post-truth' and pseudoscience*", em que o autor relaciona a era da pós-verdade e das pseudociências ao papel da pesquisa nas ciências sociais. A pós-verdade, palavra do ano de 2016, segundo o *Dicionário Oxford*, é relacionada à observação de que fatos objetivos são menos importantes na formação da opinião pública do que apelos a emoções e crenças pessoais. A emergência dessa infeliz era está ligada, segundo pesquisadores, às megatendências sociais, como o declínio no capital social, a crescente desigualdade econômica, o aumento da polarização, o declínio da confiança na ciência e um cenário de mídia cada vez mais fracionado (CALLAGHAN, 2019). E as universidades não são isentas de responsabilidade por esse cenário nem estão livres de serem influenciadas por essas tendências.

Segundo o autor, discussões públicas evidenciam como a ciência está tendendo à polarização. Não é mais segredo que figuras de autoridade utilizam de modo parcial e enviesado supostos resultados de pesquisas para influenciar o público, manipulando ou omitindo informações que não se encaixam em sua visão de mundo ou apoiam seu plano de

ação. Acusar o outro de propagar *fake news* é a mais nova arma para calar opositores, mesmo que as posições tenham respaldo em evidências. Ao mesmo tempo, algumas posições políticas que claramente não têm evidências científicas recebem grande apoio de autoridades e mídia. Tudo isso contribui para o descrédito geral da ciência e dos círculos acadêmicos.

Aos problemas mencionados acrescenta-se a noção pós-moderna de que a percepção subjetiva de alguém substitui qualquer noção de realidade objetiva. Esse tema é muito bem trabalhado em duas obras que deveriam estar em qualquer estante de um estudante de humanidades: *Imposturas intelectuais – O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos* (2010), dos cientistas Alan Sokal e Jean Bricmont, e *Medo do conhecimento – Contra o relativismo e o construcionismo* (2019), do filósofo Paul Boghossian.

Na introdução do livro *Imposturas intelectuais – O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos* (2010), Sokal e Bricmont explicam no que consistiu o famoso caso conhecido como *Sokal Hoax* ou, em português, Escândalo Sokal. Segundo os autores, há anos, eles se escandalizaram e se angustiaram pelo que parecia uma tendência crescente, em certos círculos acadêmicos americanos, na adoção de teorias consideradas, no mínimo, anticientíficas.

Os autores se referem à corrente intelectual genericamente chamada de pós-moderna, que passou a ser frequentemente patrocinada pelos departamentos de ciências sociais e humanidades das universidades. Embora essa corrente abarque uma série de tendências discursivas, são pontos em comum: a) rejeição, em maior ou menor grau, à tradição racionalista iluminista; b) discursos teóricos desconectados de testes empíricos; e c) relativismo cognitivo que concebe a ciência como um mito, ou apenas um modo de conhecer entre outros igualmente válidos, e os dados da ciência como uma construção social. Essa orientação intelectual passou a definir as publicações mais populares e aclamadas da área, a ponto de gerar a desconfiança de que qualquer absurdo poderia ser publicado e aplaudido, desde que seguisse determinada "receita". Assim surgiu a ideia da farsa ou do trote que Alan Sokal pregou à *Social Text*, afamada revista cultural americana.

Dessa maneira, em 1996, o professor de Física da *New York University* Alan Sokal submeteu a essa revista o artigo "*Transgressing the boundaries: towards a transformative hermeneutics of quantum gravity*" ("*Transgredindo as fronteiras: rumo a uma hermenêutica transformativa da gravidade quântica*"). Nesse texto, Sokal ridicularizou o "dogma" da existência de um mundo exterior independente dos indivíduos, proclamou que a realidade física, tal qual a realidade social, é uma construção social e linguística, e concluiu que as "imaginadas" constantes universais π de Euclides e G de Newton deveriam ser entendidas inevitavelmente por sua historicidade.

O texto, na palavra dos autores, foi construído como uma paródia. Para reforçar as sandices matemáticas, lógicas e físicas que compõem o artigo, o autor apelou para os "argumentos de autoridade" na área. Sokal compilou citações de eminentes filósofos franceses e americanos que doutrinam sobre as implicações da matemática e das ciências naturais, como a física, em contextos filosóficos ou sociais. Também usou com prodigalidade jargões e termos vagos comumente adotados no linguajar pós-moderno. Apesar da absurdidade e da ausência de sentido, o texto não só foi publicado como foi aplaudido em uma edição especial destinada a refutar a crítica ao construtivismo social. Logo Sokal revelou o embuste, gerando todo tipo de reação, desde agradecimentos comovidos pela exposição da nudez do rei a ataques pessoais virulentos. Sentiu-se a ausência de autocrítica, mas seria uma perspectiva ingênua. Acusado de má-fé, Sokal defende que a farsa fez parte do experimento bem-sucedido que comprovou a desconfiança acima relatada.

Como continuação dos estudos despertados pelo *Sokal Hoax*, Alan Sokal juntou-se a Jean Bricmont, físico teórico belga e filósofo da ciência, para analisar os principais textos de um conjunto de autores dessa tendência pós-moderna. O resultado, com a exposição espantosa de evidentes abusos e absurdos vergonhosos, está relatado na já mencionada obra, traduzida ao português, *Imposturas intelectuais* (2010). O que se demonstrou, com esmero e cautelosa diligência, é que vários ícones da corrente pós-moderna, como os famosos Jacques Lacan, Julia Kristeva, Bruno Latour e Luce Irigaray, entre outros, frequentemente se utilizaram de um ou mais dos seguintes recursos abusivos: (1) falar prolixamente de teorias científicas e empregar

sua terminologia sem se preocupar com seu significado; (2) incorporar noções das ciências naturais às ciências humanas, sem nenhuma justificação; (3) mostrar erudição, lançando mão de uma avalanche de termos técnicos em um contexto que resultam absolutamente inconsequentes, com objetivo de impressionar e intimidar o leitor que não é cientista; (4) manipular frases sem sentido com plena indiferença pelas palavras (SOKAL; BRICMONT, 2010).

Além de evidenciar a utilização desses expedientes desonestos nos textos dos autores analisados, Sokal e Bricmont foram bem-sucedidos em desconstruir a reputação que ostentam alguns textos de serem difíceis de ler por serem profundos. Em realidade, mostrou-se que determinados textos são incompreensíveis pelo simples motivo de serem destituídos de sentido, ou seja, são apenas palavras reunidas que não dizem nada.

Os autores concedem que houve uma crise na epistemologia e que há falhas nas posições tradicionais que podem e devem ser alvos de críticas. Contudo, essas falhas não autorizariam uma virada de 180° para desmerecer todos os valores do método científico, muito menos para deduções errôneas como a feita apressadamente por Feyerabend (1975 *apud* SOKAL; BRICMONT, 2010, p. 86): "Todas as metodologias têm suas limitações, e a única 'regra' que sobrevive é 'qualquer coisa serve'".

É uma redução típica do raciocínio relativista. Partindo de uma observação correta – "todas as metodologias têm suas limitações" –, apresenta uma conclusão totalmente falsa: "qualquer coisa serve". Existem muitas maneiras de nadar, investigar, respirar, pensar, e todas elas têm suas limitações, porém não é verdade que todas as alternativas sejam igualmente boas, efetivas ou viáveis. Os autores fazem a defesa do método científico, que, para a dupla, não é radicalmente diferente da racionalidade que aplicamos em nossa vida cotidiana ou em outros processos de conhecimento. Detetives, cozinheiros, encanadores – todo mundo – utilizam os métodos básicos de indução, dedução e avaliação de dados e resultados.

A defesa da ciência contra o relativismo e o construtivismo é realizada de maneira mais específica pelo filósofo americano Paul Boghossian.

Pergunta-se: terão igual valor uma teoria que explique que os seres humanos chegaram à América pela Ásia, através do Estreito de Bering, e uma teoria criacionista que sustenta que os povos nativos emergiram pela primeira vez na Terra a partir de um mundo subterrâneo de espíritos? Paul Boghossian abre seu livro *Medo do conhecimento – Contra o relativismo e o construcionismo* expondo esse questionamento.

Surpreendentemente, esse questionamento não é hipotético, pois é, sim, tomado a sério pelas tendências relativistas. Boghossian traz citações de arqueólogos renomados que reivindicam a tese de que “a ciência é apenas uma das várias maneiras de conhecer o mundo” e que a visão criacionista dos povos nativos é tão válida quanto a arqueologia tradicional, rejeitando a ciência como um modo privilegiado de ver o mundo (BOGHOSSIAN, 2019, p. 16-17).

Assim como Sokal e Bricmont, Boghossian reconhece que as críticas às epistemologias tradicionais são pertinentes. Não existe conhecimento totalmente objetivo, uma vez que outras influências (como interesse próprio ou ideologia) podem agir sobre quem busca o conhecimento. Contudo, embora a objetividade total seja inalcançável, a ciência dispõe de métodos e técnicas (observação, lógica, inferência, controle, revisão) que permitem aproximar-se da formação de uma crença racional sobre o objeto de estudo.

Esses autores demonstram que, embora haja discordâncias que devam ser consideradas, a crítica se perde quando pretende tornar-se uma teoria geral da verdade ou do conhecimento.

Essa visão de que tudo tem igual validade poderia atrair pouco interesse, caso fosse circunscrita a alguns excêntricos. Contudo, é uma tendência crescente e que aparentemente tende a tornar-se hegemônica nos círculos acadêmicos. O resultado é uma ênfase crescente na aceitação da realidade individual e no julgamento baseado apenas no sentimento do sujeito. Em outras palavras, o que se sente como certo representa sua verdade e não pode ser descartado ou rejeitado – obviamente, apenas se o sujeito estiver do “lado certo” da narrativa.

Perde-se objetividade, abre-se caminho para a manipulação emocional. H. Gardner explica como a capacidade dos líderes de mudar as mentes daqueles que lideram está se tornando cada vez mais baseada

na ressonância, ou na capacidade de fazer as pessoas “sentirem” que algo está certo, em oposição a razão, pesquisa, dados objetivos ou argumentos lógicos (MCCLELLAN, 2021). O resultado é que os fatos não parecem mais importar. A notícia é “falsa” se alguém sente que é, e a ressonância emocional determina a realidade da nova geração. Além disso, houve aproximação a uma visão consumerista da relação instituição de ensino/alunos. Os alunos são vistos como clientes, e o medo de litígios contribui para a tendência dos administradores de responder às preocupações dos alunos sem se envolver no tipo de pensamento crítico e diálogo que deve tipificar a academia. O objetivo não é educar, e sim evitar distúrbios.

Por fim, mas sem se esgotarem os problemas, há o enfraquecimento do ensino e da pesquisa como um todo. O enfraquecimento da liberdade de expressão, o medo do cancelamento e a tendência à hegemonia político-ideológica dentro das universidades tornam impossível a chamada “desconfirmação institucionalizada” – isto é, a prova de fogo da opinião contrária, que permite entender melhor o outro lado e aperfeiçoar os argumentos para superá-lo. Quando existe pluralidade de posições, as ideias lançadas passam por testes de validade: os opositores procuram as falhas, os equívocos, as simplificações dessa ideia. Essa contestação força o pesquisador a construir o argumento mais forte possível, ganhando a ciência como um todo. Quando isso deixa de ocorrer, o resultado é o que se vê com mais frequência: ideias rasas, teorizações pobres e questionamentos válidos da utilidade das universidades.

3 Honestidade intelectual e o primado da razão prática: a ética e a verdade contra o obscurantismo

Diante de todos os problemas expostos, existe alguma postura esperada do filósofo ou do aspirante a filósofo? Além da rejeição à doutrinação falaciosa e embusteira denunciada por Sokal e Bricmont, qual o papel da filosofia na defesa da importância do ensino das humanidades nas universidades e na própria atuação das instituições? Como a filosofia pode ser a resistência à autofagia da desonestidade intelectual interna e aos ataques externos injustos? A resposta está no primado da ética, corporificado na honestidade e no ideal da verdade.

Em análise da noção de honestidade intelectual em Nietzsche, Gustavo Costa (2015) entende que, para o filósofo prussiano, mais importante que normas ou códigos interpessoais morais e de veracidade, a probidade intelectual é uma relação de honestidade de si para consigo. O maior risco no autoengano é “converter nossas mentiras em convicções e nossas convicções em fins em si mesmas” (COSTA, 2015, p. 83). E a verdade é preferível à mentira. Isso se deve, segundo Nietzsche, ao cálculo social das vantagens. A confiança básica é a base da convivência em sociedade (PIMENTA, 2010).

O filósofo da linguagem Ludwig Josef Johann Wittgenstein também fez considerações sobre a honestidade intelectual (NASCIMENTO, 2020). Em seu tratado de lógica, o filósofo deixa claro que o papel da filosofia é clarificar os pensamentos, desfazendo confusões conceituais. A clareza lógica é colocada como um dever ético, seguindo o pressuposto de uma honestidade intelectual. Assim, a transgressão dos limites do sentido por meio da formulação de teses filosóficas deve ser considerada antiética.

A filosofia é a atividade crítica que deve eliminar a má compreensão, conduzindo os comunicantes a uma postura argumentativa mais honesta. Isso é tudo que os filósofos relativistas e construtivistas, tal como mostrado por Sokal, Bricmont e Boghossian, não fazem. Há uma predominância do desentendimento, da linguagem ininteligível e do mau uso da lógica – ou ausência dela. Para Wittgenstein, distanciado-se dos pós-modernos, a vida feliz é a vida sábia. E somente há vida sábia quando se admite a realidade, com suas misérias e vicissitudes, e quando se reconhece que existe um curso natural do mundo que é independente à sua vontade.

Na contramão das filosofias do irracional, há uma corrente filosófica que defende que o bem pensar é um princípio moral. Nas palavras do professor Marcelo Fabri:

Na nossa perspectiva, isso significa: enquanto resistência ética, o pensamento impede que a realidade humana seja reduzida a um universal (nação, estrutura genética, política, ser, etc.). Genética e filiação cultural não podem determinar o pensamento, pois este é, antes de qualquer coisa, um pensamento moral irreduzível. (FABRI, 2007, p. 19-20).

Nessa corrente filosófica, concebe-se a ideia do elemento ético da fenomenologia. Alguns autores se destacam nessa missão. O primeiro deles é o próprio fundador da fenomenologia, o filósofo e matemático Edmund Husserl. Nesse sentido, com a máxima do “retorno às coisas mesmas”, a fenomenologia já nasce com o componente ético da verdade. A *epoché* de Husserl traz a noção do pesquisador “desejoso de compreender como as coisas são, sem adaptá-las à própria pesquisa, aos próprios objetivos, aos próprios interesses e a finalidades pré-constituídas” (BELLO, 2006, p. 31).

A fenomenologia apresenta uma profundidade ética extraordinária exatamente por cobrar essa atitude de disponibilidade, prenúncio da honestidade intelectual. O primado ético na fenomenologia leva à rejeição a concepções simplistas do conhecimento ou da moral, sejam essas pela aderência a um mecanicismo naturalista determinista, sejam pela desvinculação a bens supremos ou realidades objetivas. Nesse passo, o segundo filósofo é Emmanuel Levinas, que parte da noção da existência do homem autêntico. Esse homem autêntico abriu mão da ingenuidade para abraçar a luta ética pela clareza, pela verdade e pela justiça (FABRI, 2007).

Esse apego à verdade e ao real também permeia a filosofia do existencialista Karl Jaspers. Para ele, a filosofia se vê rodeada de inimigos, como os convencionalismos, a aspiração apenas aos bens materiais, a visão limitante da ciência como arte prática, o ilimitado desejo de poder, o fanatismo das ideologias, entre outros. Para ele, esses são elementos da antifilosofia, que seria também uma filosofia, porém pervertida e autodestrutiva (JASPERS, 2011).

A verdade total é a meta maior da filosofia, embora esse não seja o desejo do mundo. A doutrina que despreza a verdade não pode ser filosofia. A filosofia busca a verdade, mesmo consciente de que a verdade não é estática nem definitiva. Ao contrário da dinâmica nós versus eles, o ouvir o outro é essencial, pois, a partir do intercâmbio com outros pensadores e da honestidade intelectual, o processo filosófico se faz e não se converte em credo ou ideologia.

Para Jaspers, a dignidade do homem reside em perceber a verdade. Sem verdade, não há liberdade. A verdade é significado último para o homem no mundo, “pois a veracidade sem reservas, que não se perde em

opiniões, coincide com o amor” (JASPERS, 2011, p. 140). Quem se dedica à filosofia quer viver para a verdade, não importando as consequências. Ele “prefere ser desgraçado em sua busca da verdade a ser feliz na ilusão” (JASPERS, 2011, p. 140). O milagre da filosofia está em expor à luz e afastar a obscuridade, os enganos e as falsidades, avançando de olhos abertos, expostos às críticas, que a fortalecem e a embelezam.

Por fim, corroborando os filósofos precedentes, Johann G. Fichte elabora a essência prática da razão. Entende que a razão é um dever e, assim, não pode ser estabelecida apenas teoricamente. Sem esse elemento prático/ético, o conhecimento é um vazio, pois não oferece possibilidade de orientação. A busca pela orientação, por conhecer o destino do homem, é a tarefa primeira do filosofar.

A racionalidade e a sensibilidade são componentes do homem e devem caminhar lado a lado. A razão guia a consciência de que o homem é um ser sensível; porém, ele não deve nunca abdicar de sua racionalidade em favor de um sentimento. Ao contrapor-se às ideias de Rousseau sobre o retorno do homem ao estado de natureza, Fichte explica que o conhecimento do filósofo francês possui a deficiência de todo o conhecimento baseado num simples sentimento não analisado. É, por um lado, incerto, porque não é possível explicar totalmente o seu sentimento; e, “por outro lado, o verdadeiro está aí mesclado com o falso, porque um juízo baseado num sentimento não analisado propõe sempre como equivalente o que, todavia, não é equivalente” (FICHTE, 2017, p. 43).

A filosofia deve instrumentalizar o homem a estar de acordo consigo mesmo, sem jamais se contradizer. Esse é um princípio fundamental da doutrina ética: o homem deve agir de forma que a sua vontade possa ser lei eterna para si. A vocação de todos os seres racionais e finitos é a unidade absoluta, a identidade incessante, a consonância racional consigo mesmo. Porém, isso não decorre de um estado natural, a habilidade de suprimir e extirpar as nossas próprias inclinações deficientes, de modificar as coisas fora de nós e de as alterar segundo os nossos conceitos, é adquirida por meio do exercício. A aquisição dessa habilidade chama-se cultura (FICHTE, 2017).

A coerência consigo mesmo é a meta suprema do homem. A felicidade está atrelada ao que é bom, e não o contrário. Sem moralidade não é possível nenhuma felicidade, embora se reconheçam possíveis sentimentos

agradáveis sem moralidade. Não obstante se saiba que ao homem não é permitido deixar de ser homem e tornar-se Deus, que essa é uma meta inatingível, seu dever é guiar sua conduta com esse objetivo, aproximando-se sempre mais desse intento. Para Fichte, “a perfeição é a meta suprema e inacessível do homem” (FICHTE, 2017, p. 10). A vocação do homem é tornar-se sempre moralmente melhor e, assim, tornar tudo à sua volta melhor. Esse é o caminho de uma vida mais feliz.

4 Conclusão

Os problemas nas universidades e no mundo jurídico – fenômeno que extrapola a realidade brasileira – são reais e preocupantes. A imaturidade comportamental e intelectual do corpo discente, descrita por Lukianoff e Haidt, é apenas reflexo de questões mais profundas que precisam ser elucidadas e ajustadas tanto nas instituições de ensino quanto na sociedade em geral. O clima polarizado das redes sociais incorpora-se na cultura do cancelamento, da rotulação, do identitarismo – tanto de esquerda quanto de direita –, que são males sociais que não deveriam estar na vivência acadêmica, muito menos em órgãos como o Judiciário e os MPs.

Das universidades se esperaria que atuassem como o último baluarte da liberdade de ensino e do trânsito livre de ideias, com a garantia do ordenamento jurídico. Infelizmente, a intolerância, a censura e o clima de medo são a tônica dessas instituições. As universidades abriram mão do papel de trincheira da ciência – em sentido amplo – ao deixarem de exercer com sobriedade sua missão de ser centros de excelência no conhecimento.

Não existe conhecimento nem justiça sem o compromisso de busca da verdade. Não existe conhecimento nem justiça se não se rejeitam a má-fé e tudo que é comprovadamente falso. Não existe conhecimento nem justiça se há a submissão à tirania da opinião pública. A livre circulação de ideias, aliada, obviamente, ao compromisso com a verdade e a honestidade intelectual, é o valor acadêmico e jurídico supremo. Se as universidades não resgatarem esses valores, em um futuro próximo, talvez percam o sentido de suas existências. E o mesmo destino pode ser de todo o sistema de justiça.

A atividade filosófica deve pautar-se pelo primado da ética e da busca da vida feliz, que não pode ser encontrada senão na verdade.

Referências

BELLO, A. A. Fenomenologia e ciências humanas: implicações éticas. **Memorandum**, Belo Horizonte, n. 11, p. 28-34, 2006.

BOGHOSSIAN, P. **Medo do conhecimento** – Contra o relativismo e o construcionismo. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Ed. Senac, 2019.

CALLAGHAN, C. W. Lakatos revisited: innovation and 'Novel facts' as a foundational logic for the social sciences in an era of 'Post-truth' and pseudoscience. **Cogent Business & Management**, London, v. 6, n. 1, p. 1-18, 2019.

COSTA, G. Sobre o engano e a honestidade intelectual. *Mêtis, hypókrisis* e a "nova determinação da verdade" em Nietzsche. **Estudos Nietzsche**, Vitória, v. 6, n. 1, p. 79-96, jan./jun. 2015.

DRECHSEL, D. Intelectuais e acadêmicos fazem manifesto pela liberdade de expressão nas universidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/intelectuais-e-academicos-fazem-manifesto-pela-liberdade-de-expressao-nas-universidades/?ref=link-interno-materia>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FABRI, M. **Fenomenologia e cultura**: Husserl, Levinas e a motivação ética do pensar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FICHTE, J. G. **Conferências sobre a vocação do sábio**. Tradução: Artur Morão. [S. l.]: LusoSofia Press, 2017. Versão PDF.

JASPERS, K. **Introdução ao pensamento filosófico**. Tradução: Leonidas Hegenberg; Octanny Mota. São Paulo: Cultrix Ltda, 2011.

KAUFMANN, E. The takeover of the American mind. **Spiked**, London, 22 Feb. 2019. Disponível em: <https://www.spiked-online.com/2019/02/22/the-long-takeover-of-the-american-mind/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

LINKER, D. Cancel the classics? **The Week**, Washington, DC, Feb. 8, 2021. Disponível em: <https://theweek.com/articles/965573/cancel-classics>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LOWRY, R. Rich Lowry: woke scholars want to cancel the classics. **The Salt Lake Tribune**, Salt Lake City, Feb. 10, 2021. Disponível em: <https://www.sltrib.com/opinion/commentary/2021/02/10/rich-lowry-woke-scholars/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LUKIANOFF, G.; HAIDT, J. **The coddling of the American mind**: how good intentions and bad ideas are setting up a generation for failure. New York: Penguin Press, 2018.

MATOS, F. A cultura do cancelamento e o fim das universidades. **Revista Oeste**, São Paulo, 13 maio 2021. Disponível em: <https://revistaoste.com/mundo/a-cultura-do-cancelamento-e-o-fim-das-universidades/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MCCLELLAN, J. L. Overcoming the three great untruths: developing leaders amidst the coddling of the American mind. **International Leadership Journal**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 66-92, 2021.

NASCIMENTO, M. Aspectos éticos da atividade filosófica no *Tractatus* de Wittgenstein. **Occursus - Revista de Filosofia**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 29-51, jan./jun. 2020.

PIMENTA, O. Observações sobre a honestidade intelectual em Nietzsche. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 8, p. 134-138, 2010.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. **Imposturas intelectuais** – O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos. Tradução: Max Altman. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.